

## Em seminário, Senado planeja seu futuro

Melhorar a representatividade e a imagem pública da instituição são objetivos estratégicos definidos pelo presidente do Senado. **Página 3**



Garibaldi (ao microfone) no seminário que reúne diretores e funcionários do Senado

Paulo Lima

## Um dia para homenagear a Pestalozzi

Uma instituição referencial no atendimento a pessoas com deficiência foi homenageada ontem pelos senadores. A Sociedade Pestalozzi de Niterói deu, há 54 anos, a base para o surgimento da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)

do Brasil – outra instituição igualmente importante na assistência a pessoas com deficiência. Os senadores observam que a Pestalozzi atende a uma demanda de atenção multidisciplinar de pacientes de todas as idades. **Página 4**



Flávio Arns (ao microfone) discursa no lançamento de livro sobre os 60 anos de trajetória da Sociedade Pestalozzi no país

Leopoldo Silva

## Supremo aceita pesquisas com células-tronco embrionárias

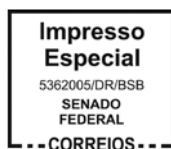
O Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o artigo 5º da Lei 11.105/05 (Lei de Biossegurança) que permite a realização de pesquisa e terapia com células-tronco embrionárias. Por maioria de votos, os ministros julgaram impropriedade ação direta de inconstitucionalidade da Procuradoria Geral da República para contestar o uso de embriões humanos para tais finalidades.

Votaram pela impropriedade da ação Carlos Ayres Britto (relator), Ellen Gracie, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Marco Aurélio e Celso de Mello.

Igualmente favoráveis às pesquisas, porém com restrições, em diferentes níveis, votaram Carlos Alberto Direito, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cezar Peluso e Gilmar Mendes. (Com informação do STF)

## Novas regras para processo contra senador

As representações por quebra de decoro parlamentar deverão ser apresentadas diretamente ao Conselho de Ética, conforme decisão da Mesa do Senado. **Página 2**



## Governo envia Fundo Soberano semana que vem

O governo enviará ao Congresso, na próxima semana, projeto de lei que cria o Fundo Soberano, segundo anunciou ontem Renato Casagrande, após audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O senador foi convidado para tratar do assunto por ser autor de um projeto parecido. O Fundo Soberano proposto pelo governo deverá usar, num primeiro momento, apenas recursos do superávit primário para comprar dólares no mercado interno. **Página 3**

## Procurador vê falhas nas leis de controle da gestão pública

Embora “extremamente avançada”, a legislação sobre o controle da gestão pública não funciona na prática, disse o procurador regional da República, José Adércio Sampaio, em audiência na CMA. O debate sobre sanção à

corrupção e à má gestão pública contou com a participação do diretor-geral do Dnit, de representante do TCU, da presidente do Tribunal de Contas do Tocantins e do jornalista Ribamar Oliveira, além de senadores. **Página 8**



Leomar Quintanilha (4º à direita), ao lado de Serys, dirige debate na CMA

J. Freitas

Garibaldi Alves anuncia que Mesa decidiu, por unanimidade, rejeitar iniciativa do PSOL um dia depois de apresentada

# Senado arquiva representação contra Marconi

Um dia depois de protocolada no Senado, foi arquivada ontem a representação oferecida pelo PSOL para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigasse denúncias contra o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) por suposto tráfico de influência, peculato e uso de caixa dois na campanha eleitoral de 2006. A decisão foi tomada por unanimidade pela Comissão Diretora do Senado e comunicada pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, que explicou por que isso aconteceu com tanta rapidez.

– Claro que o senador Marconi Perillo, no desejo de provar sua inocência, de não ver seu nome exposto, solicitou que a reunião fosse feita o mais brevemente possível. Eu também entendi assim. Acho que não se deve demorar, não se deve deixar o Senado exposto a uma denúncia *ad eternum*. O Senado tem que dar

uma resposta. Era o que deveria ter feito nos outros casos. E, se não tiver uma resposta pronta, que diga que não tem, mas que pelo menos se debruce sobre a denúncia, não peque pela omissão, porque a omissão pode ser fatal, é o Senado continuar pagando o preço da desmoralização. Uma denúncia repercutindo aí contra um senador e contra o Senado – afirmou.

Garibaldi explicou que a Comissão Diretora tem a prerrogativa de receber representações desse tipo e de se pronunciar sobre sua admissibilidade. No caso de Marconi Perillo, foi decidido que a representação do PSOL não tinha consistência, não preenchia as formalidades para ser aceita, até porque baseava-se em matérias de jornal. Ele

disse ter prevalecido também, na decisão da Comissão Diretora, o entendimento de que um senador não pode ser denunciado junto ao Conselho de Ética por fatos anteriores ao exercício do mandato.

– Então, por falta desses requisitos legais e processuais, foi que a Mesa achou por bem arquivar a matéria. Antes do pronunciamento da Mesa, também ouvimos o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, que nos ofereceu um parecer. Não podemos admitir qualquer represen-

tação sem a menor consistência. Não podemos expor o Senado e seus representantes a uma denúncia qualquer. De repente, um adversário, no estado de origem do senador, resolve propor uma denúncia baseada apenas em

**Garibaldi: “Não podemos expor o Senado e seus representantes a denúncias sem consistência”**

## Regras para denúncias poderão ser modificadas

Na mesma reunião em que a Mesa do Senado decidiu por unanimidade arquivar a representação do PSOL por quebra de decoro parlamentar contra o senador Marconi Perillo, a Comissão Diretora aprovou alterações nas regras de recebimento das denúncias contra senadores. De acordo com a decisão, que ainda precisa ser ratificada pelo Plenário, as representações por quebra de decoro serão oferecidas diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e não mais primeiramente à Mesa diretora.

A Mesa aprovou substitutivo de César Borges (PR-BA) a projeto de Valter Pereira (PMDB-MS)

que cria um regulamento para o Conselho de Ética (PRS 38/07). De acordo com a matéria, que foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por Lúcia Vânia (PSDB-GO), recebida a representação, caberá ao presidente do conselho – no momento, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) – realizar o exame de admissibilidade.

Assim, se o Plenário também aprovar o substitutivo de César Borges, o presidente do conselho é quem será o responsável pela decisão de acatar ou arquivar a representação, o que hoje cabe à Mesa diretora.

Segundo o relator da propos-

ta na Mesa, as mudanças não conferem demasiado poder ao presidente do conselho, já que o substitutivo garante que a decisão, seja pelo arquivamento ou pelo acatamento, é passível de recurso ao plenário do colegiado, desde que subscrito por no mínimo cinco membros do órgão.

O presidente do conselho deverá verificar, por exemplo, se o autor da representação goza de legitimidade para apresentá-la, se o documento informa sobre os fatos pelos quais o senador denunciado responderá, se estes são procedentes e se ocorreram já no exercício do mandato, conforme determina o Regimento Interno.

recortes de jornais. Mas, embora me referindo a recortes de jornais, quero ressaltar que não estou desmoralizando o trabalho de vocês [jornalistas], não – explicou.

**Assessor**

O presidente do Senado negou que a Mesa tenha discutido a idéia de cada gabinete poder dispor de mais um cargo de assessor contratado sem concurso. Ele disse que não existe sequer proposta nesse sentido.

Garibaldi respondeu também a perguntas sobre a Contribuição Social da Saúde (CSS), prevista para ser votada na próxima semana pela Câmara. Ele declarou

não entender por que motivo o Legislativo, que está votando uma reforma tributária para reduzir os impostos, pode reunir-se para criar mais uma contribuição sobre movimentação financeira.

– Deveríamos ter outras soluções, que não penalizassem tanto o cidadão e taxassem determinados setores que prejudicam a saúde, como o de fumo e o de bebidas. Quanto a passar ou não passar no Plenário, acho que tem muito mais possibilidade de passar do que a CPMF, rejeitada no ano passado. O quórum para essa matéria é menor e ela já vem carimbada para a saúde – disse.



À lado do advogado-geral, Alberto Cascais (E), Garibaldi concede entrevista coletiva

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário se reúne às 9h

A sessão plenária, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Serys Slhessarenko (PT-MT), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Mão Santa (PMDB-PI).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Romeu Tuma, Flávio Arns, Mão Santa e Geovani Borges

### VALTER PEREIRA HOMENAGEIA EX-SENADOR WILSON MARTINS

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) registrou a presença, em Plenário, do ex-senador Wilson Martins, integrante do partido no seu estado, que também exerceu mandatos de deputado federal e governador, além de prefeito de Campo Grande. Valter classificou o peemedebista como “um ícone do partido na história do Brasil”, recordando sua atuação na oposição ao regime militar.

Cassado pelo regime militar e exilado,

Wilson Martins retornou ao Brasil após a anistia, disse o senador.

– Sua biografia é das mais marcantes, por sua postura ética e decência – assinalou.

Na presidência da sessão, o senador Mão Santa (PMDB-PI) associou-se à homenagem a Wilson Martins.

Valter Pereira também registrou a presença, no Senado, de representantes do PMDB Mulher que participaram de evento do partido na Câmara dos Deputados.

### MOZARILDO APLAUDE DECISÃO DO SUPREMO CONTRA MP

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) louvou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu, no dia 14 de maio, a eficácia da medida provisória (MP 405/07) que abria crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões para a Justiça Eleitoral e diversos órgãos do Executivo. O senador fez questão de deixar claro que não estava fazendo juízo de valor sobre o mérito das despesas autorizadas.

– O que cabia questionar na ação movida contra a MP é o que vem sendo questionado pela sociedade e seus representantes no Parlamento: a frequência com que o presidente lança mão do instrumento para autorizar despesas desse tipo – observou.



Gerardo Magalhães

## Fundo Soberano chega ao Congresso semana que vem

O anúncio foi feito pelo senador Renato Casagrande, que tem um projeto sobre o mesmo tema tramitando na Casa desde fevereiro

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) informou ao Plenário, ontem, que o governo enviará ao Congresso, na próxima semana, o projeto de lei que cria o chamado Fundo Soberano. A comunicação ocorreu após audiência do parlamentar com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Casagrande foi convidado a tratar do assunto com o governo por ser autor de um projeto parecido, em tramitação na Casa desde fevereiro. Segundo explicações dadas por Mantega, o Fundo Soberano proposto pelo governo deverá usar, num primeiro momento, apenas recursos do superávit primário para comprar dólares no mercado interno.



Casagrande debateu tema com Guido Mantega

Esses dólares serão aplicados em empresas brasileiras que queiram se expandir no mercado externo e, nos momentos de crise, o governo poderia usar o dinheiro do fundo para manter a atividade econômica. Outra possibilidade, adiantou Renato Casagrande, é a compra de debêntures do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para que o banco

obtenha recursos para financiar empresas nacionais no exterior.

Conforme o senador pelo Espírito Santo, o projeto do governo tem também o objetivo de reduzir a quantidade de moeda no mercado, contribuindo para o controle da inflação.

Ele observou que, pelo seu projeto, quando as reservas internacionais brasileiras ultrapassarem 10% do produto interno bruto (PIB), o excedente poderia ser usado pelo Fundo Soberano de forma livre no mercado internacional.

Casagrande acrescentou ainda que o projeto do fundo será discutido simultaneamente na Câmara (o do governo) e no Senado (o de autoria do parlamentar).

### ▼ O que o governo quer com o fundo

Os fundos soberanos surgiram em países exportadores de recursos naturais. O do Kuwait, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, foi o primeiro, em 1953. A característica para a composição dos fundos era a utilização de parte das reservas internacionais, porque a economia doméstica desses países não tinha como absorver o grande fluxo de dólares gerado pelas suas exportações.

Embora o Brasil seja

apontado como o detentor da oitava maior reserva internacional do mundo, com US\$ 198,7 bilhões em caixa, conforme a última posição divulgada pelo Banco Central, a proposta anunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, não contempla o uso de parte desses recursos em moeda estrangeira, como os primeiros fundos soberanos.

O objetivo seria enxugar a economia interna por meio de recursos fiscais, aproveitando o valor que

exceder a meta do que o governo economiza para pagar os juros da dívida pública (superávit primário), de 2,85% do PIB. Os recursos seriam convertidos em dólares para aplicações estratégicas no exterior, como a promoção de exportações brasileiras. Seriam operações mais rentáveis. Para Renato Casagrande, a maior parte das reservas internacionais do Brasil está aplicada em títulos do Tesouro norte-americano, que rendem por volta de 4,5% ao ano.

Paulo Lima



Garibaldi, entre Evaldo, Cláudio (ambos à esq.) e Agaciél (D), fala do esforço para melhorar imagem da Casa

## Senado planeja seu futuro em busca de melhor representatividade

O Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo sediou, ontem, o 1º Seminário de Planejamento Estratégico, com o objetivo de estimular os 18 órgãos públicos que compõem a Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl) a aperfeiçoarem os processos de planejamento estratégico de suas atividades. O evento, promovido pelo Prodasen, reuniu representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Geral da União.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou da abertura do encontro ao lado do diretor do Prodasen, Evaldo Gomes Carneiro Filho, e do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia. O evento foi transmitido ao vivo, por videoconferência, para os estados do Ceará, de Minas Gerais e de Mato Grosso.

Depois das palavras iniciais de Agaciél, que tra-

çou um panorama sobre as áreas estratégicas da Casa, Garibaldi ressaltou que o Senado vem tentando “conquistar a excelência” no planejamento estratégico de suas atividades para, entre outros objetivos, melhorar a representatividade e a imagem pública da instituição.

– Asseguro que estamos fazendo esforços para representar o povo brasileiro da melhor maneira – declarou.

#### Medidas provisórias

Garibaldi Alves também comentou o alto número de medidas provisórias editadas pelo Executivo. “O maior atentado à função do Parlamento chama-se medida provisória”, sentenciou.

O senador disse que, apesar de seu curto mandato de presidente (que se encerra no início de 2009), vai se empenhar para melhorar as atividades e a imagem do Legislativo. “Enquanto eu for presidente, até 1º de fevereiro, eu não vou permitir que se denigre a

independência do Legislativo, que é independente de acordo com a Constituição”, afirmou.

#### Administração

A primeira palestra do seminário foi sobre “Aspectos Legais do Planejamento Estratégico”, do analista do TCU Cláudio Silva Cruz. Para ele, “o senso comum, retratado na mídia”, apresenta a administração pública como ineficiente, não-econômica, ineficaz, que gasta mal os recursos públicos, gerando um peso injustificado na economia do país.

Seguiram-se as palestras “Gestão Estratégica – a experiência do Ministério da Agricultura”, a cargo da Coordenação Geral de Articulação Institucional da Assessoria de Gestão Estratégica do ministério. E, depois, a palestra “Processo de Planejamento com Consultoria Interna – o caso do Prodasen”, dos consultores do Prodasen Luiz Eduardo Tostes e Mário Roberto de Aguiar.

Sessão especial proposta por Flávio Arns comemorou 60 anos da Pestalozzi de Niterói, embrião de outras entidades na área

## Ação de apoio a deficientes é reconhecida

O Senado homenageou com uma sessão especial, por iniciativa de Flávio Arns (PT-PR), os 60 anos de fundação da Sociedade Pestalozzi de Niterói (RJ), a se completarem em 3 de dezembro. Além disso, em uma mostra na Senado Galeria estão expostas obras de arte produzidas por pessoas com deficiência atendidas pelos programas da entidade.

Arns disse que a programação oferecida pelo Senado é uma forma de reconhecer “o amor incondicional” e a importante trajetória da instituição que reúne pais, amigos e colaboradores e que é referência no atendimento das pessoas com deficiência em todo o país.

O senador lembrou que a Sociedade Pestalozzi de Niterói foi fundada sob a inspiração da educadora russa Helena Antipoff, e que a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do Brasil foi criada, há 54 anos, com o apoio da Pestalozzi de Niterói.

Além de prestar serviços às pessoas com deficiência mental nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, esporte, lazer e cultura, destacou Arns, as 200 Pestalozzis distribuídas pelo país desempenham importante papel no apoio às famílias dessas pessoas, criando condições para que se posicionem frente às questões relacionadas ao seu familiar



Coral da Associação Pestalozzi de Goiânia, com participação de pessoas atendidas pela entidade, apresenta-se em Plenário

com deficiência.

Discursando em nome de Francisco Dornelles (PP-RJ), que não pôde comparecer à sessão, Paulo Duque (PMDB-RJ) destacou “a luta pela democratização do ensino mantida pelo educador e visionário Johann Heinrich Pestalozzi”.

### Olimpíadas Especiais

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez referência ao evento comemorativo dos 60 anos da instituição niteroiense – as Olimpíadas Especiais –, que reuniu no último sábado 350 atletas portadores de deficiência de 12 instituições do estado do Rio de Janeiro.

– Dessa forma, por meio do esporte e da educação, os portadores de deficiência são cada vez mais integrados à sociedade – afirmou.

Serys Silhessarenko (PT-MT) disse que a assistência prestada pela Pestalozzi, unindo saúde e educação, é uma forma de valorizar o ser humano.

– A Associação Pestalozzi atende a uma demanda de atenção multidisciplinar de pacientes de todas as idades, muitos deles sem condições mínimas até mesmo de pagar um tratamento adequado – acentuou.

Para Romeu Tuma (PTB-SP), a Associação Pestalozzi se destaca pela aplicação da filosofia de educação inclusiva, que educa crianças, profissionaliza jovens e forma técnicos de Enfermagem. Ele acrescentou que esse esforço educacional se dá através de vários programas, divididos de acordo com a necessidade específica. O presidente da Subcomissão

Permanente para Assuntos da Pessoa com Deficiência, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que as entidades e organizações não-governamentais ligadas ao atendimento das pessoas com deficiência sempre encontraram apoio suprapartidário no Senado, onde várias melhorias foram conquistadas.

– Muito já foi feito, mas muito ainda precisa evoluir – observou.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que, quando foi governador do Piauí, ajudou a implantação da Associação Pestalozzi, contribuindo com a cessão de um prédio, equipamentos, alimentação, material didático, pagamento de professores, funcionários e despesas de água, energia elétrica e telefone.

## Garibaldi destaca esforço em busca do “ideal da plena inclusão”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, durante a sessão em homenagem aos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói, destacou a importância da entidade para o cuidado e a integração das pessoas com deficiência, além do auxílio a seus pais.

– São 60 anos de trabalho meritório, voltado para o objetivo maior da plena inclusão – disse.

A Pestalozzi de Niterói é a terceira mais antiga no país. A associação e o seu trabalho de solidariedade social permitem que as pessoas com deficiência contribuam “para a construção de um Brasil cada vez melhor”, afirmou o presidente.

– Todos nós sabemos como é difícil a tarefa de lidar com a diferença; conhecemos o esforço que é necessário despendido para

eliminar barreiras e tornar viável o ideal de plena inclusão – ressaltou.

Garibaldi frisou ainda a importância de Helena Antipoff, psicóloga e pedagoga russa que fundou a instituição, uma “incansável batalhadora das causas de inclusão das crianças portadoras de deficiência” e responsável pela abertura das unidades de Niterói, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Hoje, a associação mantém dois centros educacionais com o intuito de promover a assistência médico-social, a assistência educacional às pessoas com deficiência e a formação de recursos humanos, além de uma faculdade.

– A todos que ajudam a concretizar o sucesso da associação, os nossos parabéns – declarou.



Gyselle Tannous (da Fenasp), Lizair Guarino (presidente da Pestalozzi de Niterói) e Flávio Arns

## Senado expõe obras de arte de jovens atendidos pela associação

Até 3 de junho estarão expostos na Senado Galeria quadros pintados por jovens com diferentes deficiências físicas e intelectuais atendidos pela Associação Pestalozzi. A exposição, alusiva aos 60 anos da Pestalozzi de Niterói, foi visitada ontem por Flávio Arns.

Na ocasião, o senador afirmou que, nos municípios em que exis-

tem sedes da associação, a inclusão social das pessoas com deficiência é maior do que nas regiões em que a Pestalozzi não atua.

– Como não mencionar a luta incansável dessas entidades para que as leis sejam cumpridas e garantam que os direitos das pessoas com deficiência estejam incluídos em todas as políticas públicas?

## Conselho pode ter nome de Jefferson

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) apresentou um projeto de resolução (PRS 27/08) que dá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado o nome do senador Jefferson Péres, falecido no último dia 23.

Cafeteira assinala que o nome de Jefferson Péres “sempre foi sinônimo de ética para seus colegas e todos os brasileiros”, havendo, portanto, “uma identidade” entre a figura do senador falecido e o Conselho de Ética.

“Trata-se de providência que, sem dúvida, fortalecerá as atividades do colegiado e representará sempre um norte seguro para seus membros”, observa Cafeteira.

## Sessão especial lembrará Távola

O Senado vai realizar sessão especial em memória do jornalista e ex-senador Artur da Távola, em 19 de junho. O jornalista, cujo nome verdadeiro era Paulo Alberto Monteiro de Barros, sofria de problemas cardíacos desde agosto de 2007 e morreu no último dia 9.

A sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Nacional do Meio Ambiente, prevista para a próxima quinta-feira, dia 5, foi adiada para o dia 10 de junho.

## Livro homenageia 60 anos de entidade

O senador Flávio Arns (PT-PR) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, participaram ontem do lançamento do livro *O Movimento Pestalozziano e os Caminhos da Educação Especial – Homenagem do Senado Federal aos 60 anos da Associação Pestalozzi de Niterói*. O evento foi realizado na Biblioteca do Senado.

Em discurso, Arns destacou o trabalho da entidade e disse que o evento poderia ser interpretado como uma homenagem a todos os movimentos de defesa das pessoas com deficiência.

Agaciel ressaltou o empenho de Flávio Arns em matérias da área social.

Moreira/Aniz



Viana lê nota explicando que pessoas são protegidas durante captura do mosquito

## Viana desmente denúncia de uso indevido de humanos em pesquisa

Nota técnica do Ministério da Saúde com esclarecimentos sobre a captura do mosquito *Anopheles*, causador da malária, foi lida por Tião Viana (PT-AC).

Segundo o senador, o documento responde a denúncias de que seres humanos vêm sendo usados indevidamente em experimentos científicos, feitos no Acre, relativos à doença.

A nota explica que, na rotina do programa de combate à malária, “se utiliza o homem como único meio de atração para a captura de insetos”. Outros métodos de captura, como iscas animais e armadilhas luminosas, não demonstraram eficácia compatível para atrair o mosquito.

– Isso é realizado desde 1960 e com os devidos cuidados para

que o ser humano não fique exposto a risco – disse Viana.

O senador classificou as denúncias de uma “atitude antiética” que perturba o andamento de trabalhos para a erradicação de uma doença que já atinge mais de 500 mil casos por ano no Brasil e produz de um a 2 milhões de mortes por ano no mundo.

“A captura do *Anopheles* com

atração humana é, atualmente, recomendada por diversas instituições e autores como o único método eficaz para direcionar e avaliar o impacto das ações de entomologia e controle de vetores da malária, desde que os agentes estejam devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual (EPI)”, diz o documento lido por Viana.

# Cinco comissões aprovam emendas ao projeto da LDO

Texto final da lei que trata das diretrizes orçamentárias para o próximo ano deverá ser votado até 17 de julho pela Comissão Mista de Orçamento

Cinco comissões aprovaram ontem emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – PL 01/08-CN. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Serviços de Infra-Estrutura, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foram as últimas a votarem propostas à LDO, cujo texto final deverá ser votado até o dia 17 de julho pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

As emendas da CCJ destinam-se ao apoio e à implantação de centros especializados de perícia em atendimento à mulher vítima de violência; à instalação de núcleos especializados de defesa pública para a mulher (ambas para atender a Lei Maria da Penha); ao reaparelhamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp); à construção de presídios federais; e à informatização do Poder Judiciário. O relator foi Tasso Jereissati (PSDB-CE).

### Meio ambiente

Das 21 emendas oferecidas à CMA, o relator Renato Casagrande (PSB-ES) acolheu as que se destinam ao combate à desertificação; ao fortalecimento do Programa Nacional de Educação Ambiental; à prevenção e combate ao desmatamento e incêndios florestais; à revitalização de bacias hidrográficas; e ao apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável. Todas estão direcionadas a programas do Ministério do Meio Ambiente.

### Fronteira

A CDR aprovou as cinco emendas do colegiado ao anexo de prioridades e metas do projeto da

LDO para 2009. Uma delas tem como objetivo apoiar a implantação da infra-estrutura complementar, social e produtiva na faixa de fronteira. O relator é o senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Também foram acolhidas emendas com o objetivo de incentivar o turismo, os setores têxtil, moveleiro, coureiro-calçadista, bem como os de fruticultura e pesqueiro.

### Infra-Estrutura

A CI aprovou emendas que beneficiam os setores de transporte rodoviário, fluvial e ferroviário, bem como o energético.

O relator das emendas, Adelmir Santana, informou que foram apresentadas 29 propostas. O setor de transportes recebeu o maior número de emendas apresentadas pelos integrantes da CI, ressaltou. Foram 13 para o transporte rodoviário, três para a área portuária, três para as ferrovias e uma para o setor aeroportuário, totalizando 20. As outras se referiam a energia,

petróleo e gás.

### Reator nuclear

A construção do protótipo de reator nuclear a ser usado para equipar submarinos está entre as prioridades indicadas pela CRE para constar da LDO. O programa de tecnologia de uso naval, dentro do qual se insere a construção do protótipo, foi beneficiado por emenda assinada por Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Quatro outras emendas foram aprovadas. Duas delas destinam recursos para os sistemas de controle do espaço aéreo e o reaparelhamento do Exército. As duas restantes beneficiam o Exército e o monitoramento ambiental na Antártica. O relator foi Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Comissão Mista de Orçamento deverá se pronunciar sobre as emendas acolhidas por comissões permanentes do Senado e da Câmara

Leopoldo Silva

## Valter diz que soberania da Amazônia está ameaçada



Genaldino/Miguel

Valter defende a permanente e eficaz vigilância do território

Valter Pereira (PMDB-MS) alertou para uma campanha em curso pela internacionalização da Amazônia.

O senador citou uma reportagem da revista *Isto É*, segundo a qual “avançam, na comunidade mundial, as propostas de

internacionalização do maior tesouro verde do país, e uma resposta urgente se faz necessária”. Valter elogiou fala do presidente Lula, para quem “o mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono, e o dono é o povo brasileiro”. Mas disse que é preciso agir.

– É pela força bruta que estados são ocupados. O preço da soberania é a permanente e eficaz vigilância do território – afirmou.

O parlamentar, que dedicou seu discurso à memória de Jefferson Péres, criticou também a delimitação de reservas indígenas e ecológicas em áreas de fronteira, que, para ele, não é “uma decisão zelosa” para a soberania territorial de um país. Ele sugeriu que a Escola Superior de Guerra e as universidades brasileiras – em especial as já instaladas na região – sejam convidadas a formular “uma política de estratégia preventiva” para a Amazônia.

## Casagrande quer frear venda de terras a estrangeiros

O governo, na opinião de Renato Casagrande (PSB-ES), deve agir para mostrar ao mundo que “tem controle sobre tudo o que se passa na Amazônia”, inclusive impedindo que pessoas ou empresas estrangeiras aumentem suas compras de terra no Brasil. Para ele, este é, ao lado do desmatamento, um problema sério que o governo deve resolver com rapidez.

A falsa imagem que a comunidade internacional tem hoje da Amazônia, conforme o senador, é a de que a região é “uma terra de ninguém”.

Casagrande criticou o presidente do Banco Mundial, o norte-americano Robert Zoellick, por ter afirmado que a produção de álcool retira áreas hoje plantadas com cereais e contribui para o aumento da fome no mundo. Segundo o parlamentar, isso pode até ser verdade com relação ao milho norte-americano, desviado para a produção de etanol, mas, no caso da cana-de-açúcar do Brasil e de outras áreas tropicais, essa afirmação “não passa de desinformação”. No Brasil, disse Casagrande, a cana ocupa apenas 1% do território nacional, ou 10% de todas as áreas agricultáveis do país.

Além disso, de acordo com ele, o físico José Goldenberg demonstrou que, enquanto o álcool de milho produz somente 1,5 unidade de energia renovável para cada unidade de energia fóssil, o da cana rende oito unidades. Ou seja, ela é cerca de cinco vezes mais eficiente para substituir os combustíveis que agravam o aquecimento global.



Mão Santa defende eclusa para tornar o rio Parnaíba navegável

## Mão Santa pede conclusão de obras federais no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso feito ontem, a conclusão das obras federais não terminadas. Ele lembrou que o Tribunal de Contas da União listou mais de 500 obras federais inacabadas em todo o Brasil, observando que 30 delas estão no Piauí, das quais enumerou dez.

O senador citou, primeiramente, o porto de Parnaíba. Segundo ele, já há “90 milhões de dólares encravados” na obra, sendo necessários mais US\$ 10 milhões para sua conclusão. Também lamentou a ausência de uma zona de processamento de exportação nesse porto.

Outra obra que deveria ser concluída, na sua avaliação, é a Estrada de Ferro Central do Piauí. O parlamentar também reclamou da demora na criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Mão Santa lembrou o tempo em que o aeroporto de Parnaíba recebia vários aviões. Hoje, segundo ele, com o nome pomposo de Aeroporto Internacional de Parnaíba, “não tem mais nem teco-teco”, lamentou.

O parlamentar também reclamou o término de uma ponte em Luzilândia, onde haveria hoje somente “o esqueleto”. Citou também cinco hidrelétricas anunciadas para serem construídas no estado e defendeu, com ênfase, a conclusão da eclusa de uma hidrelétrica iniciada no governo de Juscelino Kubitschek e terminada no governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco. Sem a eclusa, conforme ponderou Mão Santa, “acabou a navegabilidade do rio Parnaíba”.

O presidente da CPI, Magno Malta, anuncia agenda da comissão para o início de junho e afirma que o Brasil deveria adotar as medidas de combate à pedofilia na internet já implantadas nos EUA

# MySpace monitora conteúdo postado por usuário, afirma dirigente do site

Em debate na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, Emerson Calegaretti, presidente do MySpace Brazil, afirmou que a empresa monitora todas as 15 milhões de imagens e os 70 mil vídeos carregados por dia no site de relacionamentos.

Em resposta a questionamentos do presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), Calegaretti informou que imagens e conteúdos indevidos são removidos em até 30 minutos, sendo as autoridades notificadas sobre a identificação do material. Ressaltou ainda que as páginas removidas – e os dados que permitem identificar o computador de onde foram postados – são arquivadas por um ano, podendo ser requisitadas pelas autoridades judiciais.

Ligado ao grupo de comunicação News Corporation, o MySpace é usado por 110 milhões de pessoas em todo o mundo e acessado mensalmente por 3 milhões de brasileiros. O executivo afirmou que a empresa mantém sistema de bloqueio automático de sites pornográficos e mecanismos para prevenir contatos indesejados



Calegaretti (2º à esq.) e Magno Malta (2º à dir.), entre assessores, durante audiência na CPI

entre usuários adultos e menores de 18 anos.

### Cruzamento de dados

Malta destacou que o Brasil deveria adotar procedimentos já implantados nos Estados Unidos, onde o MySpace enfrentou denúncias, entre 2005 e 2006, de abrigar pedófilos entre seus usuários e, por isso, mudou seu

sistema operacional. O representante da empresa disse que, ao ingressar no site, o usuário tem seus dados cruzados com a lista de pedófilos mantida pelas autoridades norte-americanas. Além de bloquear o acesso a pessoas cujos nomes constam na lista, frisou Calegaretti, o site informa às autoridades sobre as intenções do pedófilo.

## Malta anuncia visita da CPI da Pedofilia a Lula

Magno Malta anunciou a visita da CPI da Pedofilia ao presidente Lula, que vai ocorrer na próxima semana. Na ocasião, ele fará uma exposição sobre o andamento dos trabalhos da CPI e pedirá a criação de um departamento da Polícia Federal para investigar os crimes cibernéticos.

– Vou reivindicar uma estrutura pronta, com pessoal, instrumento, ferramentas e dinheiro, para que possamos dar tranquilidade à sociedade – disse.

O senador também anunciou a

agenda da comissão. Na reunião de quarta-feira, ele vai propor a votação da quebra de sigilo de 800 suspeitos de pedofilia, selecionados pelos integrantes da comissão entre os mais de 3 mil investigados a partir dos dados sigilosos fornecidos pelo site de relacionamento Orkut.

No dia 6 de junho, a CPI irá a São Paulo, quando realizará audiências a respeito de um caso envolvendo o portal UOL. Magno Malta relatou a prisão de um pedófilo que usava salas de bate-papo do site, que apresentava

um link chamado “incesto”. Nos dias 9 e 10, a visita será ao Rio Grande do Sul, onde membros da CPI encontrarão o procurador-geral do estado, Mauro Renner, e a promotora responsável pela prisão dos diretores do campo de nudismo Colina do Sul, acusados de envolvimento com pedofilia.

O presidente da CPI afirmou ainda que tem sido procurado por promotores de vários estados responsáveis por casos que, segundo adiantou, “terão guarida na comissão”.

## Cristovam propõe agência federal para segurança escolar

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto de lei que cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar. O autor do projeto é o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

De acordo com a proposta (PLS 191/08), o órgão, que deverá ser vinculado ao Ministério da Educação, irá apoiar o intercâmbio de experiências no combate à violência



Atos de vandalismo contra escolas são prova do descaso com a educação, diz Cristovam

dentro das instituições de ensino e nas proximidades; fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal, pelas secretarias de educação, por professores,

alunos e servidores.

Cristovam afirma que hoje parte das crianças deixa de frequentar as aulas e alguns professores acabam abandonando o magistério por medo da violência entre a casa e a escola, e até nas salas de aula. “Escolas são os prédios que mais sofrem atos de vandalismo em todo o serviço público brasileiro”, acrescenta. Para resolver isso, propõe a “federalização” da questão, com a criação da agência.

Após ser analisado pela CE, o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.



Geovani Borges: emprego entre jovens demanda educação

## Mais emprego para os jovens, pede Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu uma ampla ação destinada ao mesmo tempo a elevar o nível educacional e a resolver o problema do desemprego entre os jovens. O parlamentar explicou que seu pronunciamento fora motivado pela divulgação de pesquisas dando conta do crescimento do desemprego entre jovens de 15 a 24 anos no Brasil.

De acordo com informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil lidera o ranking de maior proporção de jovens entre os desempregados em uma lista de dez países, que inclui Argentina, México, Alemanha, Espanha, Itália, França, Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos.

Do total de desempregados brasileiros, metade teria entre 16 e 24 anos, segundo o relatório *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2006*, divulgado na semana passada pela OIT.

– Em bom português, isso significa que a transição dos jovens do sistema educacional para o mundo do trabalho está em crise – analisou Geovani Borges.

O senador observou que o Brasil é vítima de um círculo vicioso: os jovens têm pouco preparo educacional para ingressar no mercado e, quando o fazem, os empregos em geral não lhes permitem adquirir novos conhecimentos.

### Jefferson Péres

Geovani Borges também dedicou parte de seu pronunciamento a homenagear o senador Jefferson Péres, morto no dia 23. Ele classificou Jefferson como “baluarte da moral e reserva de virtudes”, um homem de “pequena estatura” mas “gigante no agir e no pensar”.



### SERYS COMEMORA REDUÇÃO DO ICMS EM MATO GROSSO

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) comemorou o anúncio, feito pelo governador Blairo Maggi, de redução da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) cobrada sobre a geração de energia em Mato Grosso.

Serys disse defender a medida desde seu mandato como deputada estadual, quando projeto de sua autoria nesse sentido, aprovado pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, foi posteriormente vetado pelo próprio Blairo Maggi, em governo anterior.

A senadora acredita que a medida vai favorecer a população com a geração de emprego e renda.

### JOSÉ MARANHÃO CELEBRA O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA

José Maranhão (PMDB-PB) registrou o transcurso do Dia da Indústria. A data é celebrada dia 25 de maio e foi lembrada em sessão solene do Senado. Maranhão comemorou o momento positivo por que passa a indústria nacional e destacou o crescimento do segmento no último trimestre, de 6,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

O senador citou o recente lançamento do programa Política de Desenvolvimento Produtivo – que prevê o incremento à indústria e à exportação por meio da renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões – e sua importância para o setor.



## José Nery: governo impõe “vale tudo” em Belo Monte

O senador José Nery (PSOL-PA) acusou o governo de impor um “vale tudo” para garantir o licenciamento ambiental do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, mesmo sabendo que a obra irá afetar profundamente a vida de 16 mil pessoas, entre elas integrantes de 14 povos indígenas do estado do Pará.

O parlamentar lamentou que um incidente entre indígenas e um engenheiro da Eletrobrás, que teve o braço ferido por facão, tenha prevalecido na mídia, a despeito do sucesso do encontro Xingu Vivo para Sempre, em Altamira (PA), na semana passada. O encontro foi convocado para denunciar os projetos hidrelétricos federais na bacia do rio Xingu.

– Belo Monte é o projeto mais emblemático da conversão do governo ao velho ideário desenvolvimentista, antes denunciado, mas agora incluído no PAC como uma espécie de lei universal, que se sobrepõe à legislação ambiental e à Constituição e que dispensa considerações à vida e ao futuro dos povos do Xingu, vistos como meros empecilhos – avaliou.

Além de condenar a construção de hidrelétricas no rio Xingu, o senador do PSOL acusou o governo de lentidão nos processos de reconhecimento das terras indígenas em todo o país.

José Nery ainda cumprimentou os geógrafos pelo seu dia, comemorado desde 1979, quando foi regulamentada a profissão.



Para José Nery, governo se converteu ao ideário que antiga oposição denunciava

## Biocombustível não afeta alimentos, diz embaixadora

Aprovada pela Comissão de Relações Exteriores para delegada do Brasil em Genebra, Maria Nazareth Farani admite, contudo, que não há comida para todos no mundo

A acusação feita em países desenvolvidos de que a produção de biocombustíveis estaria entre as causas da falta de alimentos no mundo foi contestada pela embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo, cuja indicação para o cargo de delegada permanente do Brasil em Genebra foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Hoje se diz que os biocombustíveis prejudicam a produção de alimentos, mas isso não é verdade. Na África, onde não se produzem biocombustíveis, existe fome – ressaltou a embaixadora, em resposta a Fernando Collor (PTB-AL), relator de sua indicação.

A respeito da atual situação internacional em relação à segurança alimentar, a embaixadora



Marroni, Maria Nazareth, Heráclito Fortes, Jarbas Vasconcelos e Affonso José

disse que a boa notícia é que há mais gente comendo no mundo. E a má, que não há comida suficiente para todos. Ela criticou os subsídios agrícolas praticados por países desenvolvidos, que teriam desestimulado a produção local de alimentos em diversas partes do mundo.

### “Nitroglicerina”

Nazareth afirmou que aproximadamente dois terços dos trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolvem-se

## China promove “concorrência agressiva” na África

As empresas brasileiras estão enfrentando uma “agressiva concorrência” das empresas chinesas na África, segundo relatou o embaixador designado para a República do Congo, Affonso José Santos. A mensagem presidencial contendo a sua indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo o embaixador, a China abriu linhas de crédito para países africanos no valor de US\$ 50 bilhões. E as empresas daquele país não estão apenas

interessadas nas matérias-primas africanas, mas também em obras de infra-estrutura. Ele relatou que empresas chinesas já construíram prédios públicos em países como a Nigéria e depois se recusaram a cobrar pela obra.

O petróleo e a construção civil são, de acordo com Santos, os principais pontos de interesse para o Brasil no Congo.

### Jordânia

A CRE também aprovou a indicação de Fernando José Marroni de Abreu para embaixador brasileiro na Jordânia. A mensagem

em Genebra. Além do escritório da ONU, frisou ela, estão ali localizados, entre outros organismos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

José Agripino (DEM-RN) observou que os temas a serem enfrentados pela embaixadora em Genebra – como meio ambiente e direitos humanos – são “nitroglicerina pura”. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a Nazareth que se empenhe na busca de uma solução para as pessoas seqüestradas na Colômbia, entre as quais a ex-senadora Ingrid Bettancourt.

Gerson Camata (PMDB-ES) homenageou a embaixadora, que nasceu no estado do Espírito Santo.

teve como relator *ad hoc* o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que defendeu maior aproximação do Brasil com os países do Oriente Médio.

Em sua exposição aos senadores, Marroni classificou a Jordânia como um “elemento de moderação” na região. Informou que a Petrobras vai explorar, juntamente com uma empresa francesa e outra jordaniana, jazidas de xisto betuminoso na Jordânia. Além do xisto, observou o embaixador, existem ali importantes jazidas de fosfato e potássio.

## Para João Claudino, ricos buscam um bode expiatório

João Vicente Claudino (PTB-PI) considerou “uma falácia” a afirmação de que a produção de biocombustíveis é a principal culpada pela alta de preços dos alimentos. Analisando o atual cenário mundial de alta dos preços dos produtos agrícolas, o senador disse que os produtos com aumentos mais expressivos seriam o trigo, o milho e o arroz.

– Ao que tudo indica, os países ricos tentam, de forma simplista, achar um bode expiatório para um problema complexo, que envolve diversas variáveis – avaliou.

O senador citou dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) segundo os quais os preços dos alimentos subiram 35% em 2007 e, em 2008, já aumentaram mais de 60%. As causas dessa alta, conforme o senador, podem ser encontradas em fatores como o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento (China e Índia, principalmente); queda dos estoques mundiais de alimentos (devida em grande parte a secas e enchentes); e o contínuo aumento nos custos da energia, transporte e fertilizantes (ocasionado pela elevação do preço do petróleo).

Em apertes, os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Adelmir Santana (DEM-DF) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o pronunciamento de João Vicente.



João Vicente Claudino afirma que “problema envolve diversas variáveis”

Para representante do Ministério Público, a lei “tem tantas brechas que permite a advogados brincar com o Judiciário, contrariando ações” ajuizadas pela instituição

## Legislação para o controle da gestão pública não funciona, diz procurador

A legislação brasileira sobre controle da gestão pública “é extremamente avançada”, mas na prática não funciona, afirmou ontem o procurador regional da República José Adércio Leite Sampaio.

– Isso porque ela tem tantas brechas e tantos furos que permite aos advogados brincar com o Poder

Judiciário, contrariando ações ajuizadas pelo Ministério Público – explicou o procurador.

Sampaio foi um dos cinco palestrantes do terceiro encontro do ciclo de debates *Controle Público – Instrumento de Cidadania*, promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que discutiu o tema “O Poder Legislativo e os Procedimentos de Sanção à Corrupção e à Má Gestão Pública”.

Na opinião do procurador, o controle tem que ser fundamentalmente



Na audiência pública, Serys (E), Quintanilha (presidente da CMA), Pagot e Dóris Coutinho

democrático, com o Congresso Nacional exercendo o papel formal e a sociedade, o papel informal.

O secretário adjunto de Contas do TCU, Laércio Mendes Vieira, destacou o papel do órgão auxiliar do Congresso no controle externo e também a missão da instituição de assegurar à sociedade a efetiva e regular gestão dos recursos públicos.

– A Constituição federal assegura ao TCU, em qualquer momento, atuar de forma prévia, concomitante e posterior; isto é, atuar de forma preventiva e repressiva – observou.

Por sua vez, o diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, anunciou que entregou quarta-feira ao presidente do TCU um edital de padrão de obras e serviços, elaborado pelo órgão com o objetivo de reduzir o vício em obras públicas e, ao mesmo tempo, a subjetividade em contratação de obras

e serviços.

No debate, a presidente do Tribunal de Contas do Tocantins, Dóris de Miranda Coutinho, disse acreditar que parte dos erros que prejudicam a eficácia do controle externo dos órgãos públicos também advém do desconhecimento dessa própria legislação.

O que mais falta aos tribunais de contas, segundo Dóris, são mecanismos que garantam a efetividade das sanções aplicadas. “Os tribunais de contas dos estados estão com prateleiras abarrotadas de imputações e débitos que não voltam ao erário”,

## Serys propõe medidas para aumentar a fiscalização

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) defendeu, durante a audiência pública, uma série de medidas que “contemplem a transparência e a fiscalização” do Orçamento da União.

Entre essas medidas estão o fortalecimento das comissões de fiscalização e controle que existem tanto na Câmara dos Deputados como no Senado; a criação de uma comissão mista (ou seja, com deputados federais e senadores) de fiscalização e controle; e a instituição de mecanismos de acompanhamento permanente da execução física, financeira e orçamentária dos principais programas do governo.

Serys, que é relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (PL 01/08-CN), propôs ainda a discussão do chamado orçamento impositivo, modelo pelo qual o Executivo seria obrigado a cumprir o Orçamento da União da forma como é aprovado pelo Congresso Nacional – ao contrário do que ocorre atualmente.

Outra iniciativa defendida pela senadora é a discussão de uma nova lei sobre orçamentos e finanças públicas que possa substituir a Lei 4.320, de 1964 – a qual, de acordo com Serys, “possui qualidades, mas foi elaborada em um universo social e tecnológico muito distinto da realidade atual do país”.

Quanto à atuação dos tribunais de contas, a senadora lembrou que tramita na Casa proposta de emenda à Constituição (PEC 90/07) de sua autoria que substitui essas cortes por uma nova estrutura, subordinada ao Poder Legislativo.

## A imprensa na apuração de escândalos políticos

A investigação de escândalos políticos pelos meios de comunicação também foi discutida na audiência. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) declarou que “a imprensa se transformou hoje no principal meio e instrumento de controle, mas às vezes promove um campeonato de escândalos”.

Já o jornalista Ribamar Oliveira, de *O Estado de S. Paulo*, ao reconhecer que existe tal “campeonato”, argumentou que os eventuais prejudicados devem recorrer à Justiça. Destacou que ele próprio já fez isso, ao iniciar processo contra outro jornalista, acrescentando que havia se sentido “caluniado” e que obteve sucesso na ação.

### Credibilidade

Casagrande avaliou que, quando há “campeonatos de escândalos, nos quais se disputa quem vai descobrir o próximo”, por um lado ampliam-se as investigações sobre determinadas denúncias, mas por outro aumentam os riscos de “injustiças” nas acusações divulgadas. Ele ressaltou que a imprensa trabalha “com a construção de imagens”, e que, quando uma liderança política ou um gestor público é exposto devido a uma denúncia, “a capacidade de destruição de sua imagem é muito mais forte que a de sua reconstrução”.

Ribamar Oliveira lembrou a cobertura jornalística sobre o assassinato da menina Isabella Nardoni, argumentando que em determinadas situações a imprensa atua motivada pela busca de audiência. Ele frisou que, nesse caso, diversos dados veiculados pelo noticiário foram fornecidos por autoridades.

## Criação de ZPE em Goiânia é aprovada em comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto de autoria de Marconi Perillo (PSDB-GO) que autoriza o Poder Executivo a criar uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Goiânia. O senador lembra, em defesa da proposta, que as ZPEs podem se transformar em instrumentos para reduzir as desigualdades regionais.

Ao justificar o projeto (PLS 729/07), Marconi argumenta que seu estado já demonstrou capacidade de inserção no mercado internacional. Como exemplo dessa vocação, cita o Pólo Farmoquímico de Goiás, onde ocorre uma das maiores concentrações de laboratórios para a produção de medicamentos genéricos do Brasil, com 21 empresas do setor que oferecem 4,5 mil empregos diretos.

No parecer sobre a matéria, Wellington Salgado (PMDB-MG) afirma que, nos últimos anos, formou-se na região da Grande Goiânia um dos maiores pólos de produção de roupas, móveis e calçados. Dessa forma, a cidade transformou-se num centro da moda e do *design*, destaca o relator.

### Regulamentação

Durante a discussão do projeto, Gim Argello (PTB-DF) lembrou que a CDR já aprovou mais de 30 projetos de criação de zonas de processamento de exportação. Ele informou que na próxima semana deverá ser



José Cruz

**Marconi: Goiás tem capacidade de inserção no mercado mundial**

votada pelo Senado proposta de José Sarney (PMDB-AP) para a regulamentação das ZPEs.

Gim Argello observou que a China já criou 2.100 ZPEs, demonstrando assim a importância desse instrumento para o crescimento econômico do país. Afirmou ainda que os Estados Unidos têm 670 dessas zonas de exportação e que 90 países já criaram modelos diferenciados desses pólos. Os senadores Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Jayme Campos (DEM-MT) ressaltaram a necessidade de transformar os projetos de ZPEs em realidade.

### Convite

Ao abrir a reunião, o vice-presidente da CDR, Adelmir Santana (DEM-DF), comunicou o recebimento de convite do Sesc aos senadores da comissão para uma visita à estância ecológica da entidade, no Pantanal Mato-Grossense, de 6 a 8 de junho. O objetivo da visita, segundo o senador, é debater o impacto dos problemas ecológicos nas atividades do setor de turismo.

## Mantega será convidado a debater Cide e reforma

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, poderá comparecer ao Senado para discutir em audiência pública a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), bem como a reforma tributária. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A iniciativa é do presidente do colegiado, senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

Também serão convidados para o debate o presidente da Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem (Abder), Inácio Bento de Moraes Júnior, e o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes de Infra-Estrutura (Consetrans), Rogério Wallbach Tizzot. A data da audiência pública ainda será definida pela comissão.